



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**



RELATÓRIO DE REUNIÃO

Data: 10.07.2014

Proc. n.º: 166 – SI 094/14

Horário início: 9h

Término: 11h

Assunto: reunião para tratar do projeto de lei para a criação do Programa Municipal Antidrogas – PROMAD.

Requerente: Ver. Renato Antonio Kranz (PMDB).

Convidados: Presidente do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD; Secretária Municipal de Saúde; Promotor de Justiça Celso Stein; Diretor Administrativo do Hospital Montenegro – HM; Comandante do 5º BPM; Delegado de Polícia de Montenegro; Delegado Regional de Polícia; Diretor da Penitenciária Modulada de Pesqueiro; Diretor do Albergue do Presídio Estadual de Montenegro; representante do Conselho Tutelar; representantes do RECREO, do CRER São Francisco e da União Montenegrina de Associações Comunitárias – UMAC; conforme Requerimento n.º 072/2014.

Presentes: Lista de presenças anexa ao referido processo.

Principais pontos Destacados: Inicialmente, o Vereador Renato Kranz traçou histórico das ações promovidas pela Câmara Municipal para elaboração de um Programa Municipal Antidrogas – PROMAD. Disse que Montenegro necessita da instituição desse Programa através de Lei. Lembrou que existe um Conselho Municipal preocupado com as políticas públicas nesta área, que provocara, através do seu Presidente, esta reunião, quando do uso da Tribuna Livre em sessão ordinária da Câmara. Em dois mil e doze, o próprio Conselho, em audiência pública na Câmara de Vereadores, iniciou processo de construção de um projeto de lei que transformasse o Programa em uma política pública de combate às drogas, programa este de Estado e não de um governo em particular. Realizou leitura do artigo nono, parágrafo primeiro, da Lei n.º 5.515/2011 (em anexo), que menciona o PROMAD. Comentou pedido de informação (em anexo) questionando sobre a tramitação do projeto de lei de instituição do PROMAD dentro do Executivo e sobre prazos para encaminhamento do projeto à Câmara. Disse que estão aguardando o projeto com ansiedade para que o Poder Legislativo possa debater e aprová-lo. Manifestou que os Vereadores têm pressa nessa aprovação, para que se possa instituir um programa, de estado, de combate às drogas no Município, bem como a instituição de um Fundo Municipal Antidrogas, para que se possa buscar recursos federais e estaduais. Falou dos malefícios da droga para a sociedade, que destrói seres humanos e famílias. Apontou que a maioria das ocorrências policiais tem sua origem no consumo e tráfico de drogas. Asseverou que o combate às drogas precisa ser uma luta de todos, da sociedade montenegrina. Por se tratar de uma questão de saúde pública, destacou que a participação da Secretaria Municipal de Saúde – SMS é fundamental nesse processo. O Vereador Marcos Gehlen (PT) disse que o projeto de lei criando o PROMAD existe, fora apresentado nesta Casa de forma solene, aprovado por todos que estavam na audiência pública, encaminhado ao Poder Executivo, com conhecimento do Ministério Público, após uma jornada intensa de trabalhos na construção do PROMAD, com participação de todos os setores da comunidade



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**



montenegrina. Mencionou que o objetivo era o de cobrar do Poder Executivo a implementação disso. Relatou que, em dois mil e doze, foram disponibilizados recursos próprios da Câmara para o Fundo Municipal, cerca de vinte mil reais. O PROMAD é a culminância de um trabalho que se inicia nos idos de dois mil e cinco, ressaltando a importância do movimento "Montenegro Contra o Crack". Declarou que já está mais do que na hora de o Município ter efetivamente o Fundo e o PROMAD, para que a cidade possa ser novamente referência no combate às drogas, prevenindo e tratando os usuários, sobretudo jovens que têm suas vidas dizimadas pelas drogas. Disse esperar que essa seja a última das reuniões de discussão e que, a partir disso, o PROMAD seja uma iniciativa efetivada no Município. A Vereadora Rosemari Almeida (PP) falou que há muito tempo se discute esse tema. Para ser coroado de êxito, só falta vir do Executivo o projeto de lei. Se esta Casa tivesse autonomia para elaborar o projeto de lei, já teria feito isso. No entanto, trata-se de matéria que tem que vir do Executivo. Corroborou que o impulso para a proposição da reunião foi a utilização da Tribuna Livre pelo Presidente do COMAD, Daniel Colli, pedindo socorro da Câmara, mais uma vez, para a implantação do PROMAD. Alertou que a instituição do Programa está atrasada, pois é um assunto que envolve toda a sociedade. É necessário que se tenha uma definição sobre quando o projeto será encaminhado. O Vereador Márcio Müller (PTB) lamentou que não se tenha uma política pública permanente de combate às drogas. Disse só ver o esforço individual das entidades e órgãos da sociedade, como Brigada Militar, Polícia Civil, Conselho Tutelar, etc. No entanto, ressaltou que o Poder Executivo, aquele que efetivamente poderia estar tomando a frente e fazendo alguma coisa, infelizmente não está se mexendo. O proponente da reunião perguntou, ao Presidente Daniel, qual a situação do COMAD e do PROMAD, e se ele tinha conhecimento da aplicação dos recursos do fundo, se está acompanhado seu desenvolvimento. O Presidente do COMAD, Daniel Colli, explicou que o Fundo é depositado numa conta específica dentro do Município, cuja função é custear o PROMAD. Como o PROMAD ainda não está instituído, o recurso serve para manter o Conselho. Atualmente, o Fundo conta com cinquenta mil reais. Ano passado, com a ajuda da Câmara, foram aportados sessenta mil reais. Ontem, deliberaram algumas ações a serem realizadas com esse recurso. Asseverou que não é possível fazer nada no Município, que surtam efeitos em termos de combate às drogas, se não houver instalado um programa municipal de combate às drogas. Atualmente, é pior do que enxugar gelo, o que estão fazendo há muito tempo. Alertou que a criação do PROMAD está prevista na lei que instituiu o COMAD. Fez relato de todas as reuniões, realizadas com diversas entidades e órgãos da cidade, para a formatação do Programa. Lamentou que o prefeito não estivesse na reunião, dizendo que ele foge dos debates. Fez um desabafo sobre os percalços de criação do COMAD. Quem definiu os contornos da lei de criação do PROMAD foi a sociedade civil organizada que se reuniu para debater a sua criação, mostrando que isso é um tema de necessidade pública. Disse que um conselho é uma "mini-secretaria" sem custo para o Município. Quem apresenta o projeto é o Prefeito Municipal, pois o Conselho não tem competência para encaminhá-lo. O Conselho não tem partido político, ele representa a população montenegrina. Finalizou sua intervenção inicial afirmando que a criminalidade cresce



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

“Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura”



com a falta de um Programa efetivo na cidade. A Secretária Municipal de Saúde, Eloci Garcia da Rocha, disse que acompanhou toda a luta de criação do COMAD. Opinou que essa lei já deveria estar implementada desde dois mil e onze. Reconheceu que Daniel é um grande batalhador nessa área. Comentou que o prefeito é um grande defensor do COMAD, fazendo *mea-culpa* com relação ao não encaminhando do projeto. Considerou o consumo de drogas uma doença social e de saúde. Disse que levará à Administração essa demanda para que o projeto de lei seja encaminhado para a Câmara de Vereadores o mais rapidamente possível. Demonstrou apoio incondicional ao Programa. O Vereador Kranz contestou que a Lei que criou o COMAD é de outubro de dois mil e onze. Em dois mil e doze, foi construído o PROMAD. Em dezembro de dois mil e doze, ficou pronto um projeto de lei construído pela sociedade. Disse que não se pode mais perder tempo. Perguntou se o projeto de lei do PROMAD passou pela SMS e se ela, como Secretária, deu o parecer. Eloci disse não ter conhecimento disso. Disse que, saindo da reunião, irá até o Gabinete do Prefeito, para ir até o setor jurídico para verificar como está a tramitação do processo. Quanto a prazos, garantiu que o projeto virá para a Câmara, sem poder, no entanto, precisar datas para que tal ocorra. Daniel contou as diversas vezes em que falou pessoalmente com o prefeito e o procurador do Município, na época, João Elias Bragatto, solicitando agilidade na elaboração do projeto. Concluiu dizendo que a leniência do Executivo demonstra um total descaso com o problema. Disse não saber as razões que levam o Executivo a não encaminhar seus representantes às reuniões do Conselho. Denunciou que nenhum dos oito representantes da Administração Municipal comparece às reuniões há mais de oito meses. O Vereador Marcos Gehlen comentou que, quando vem algo da SMS, de extrema relevância para a comunidade, esta Casa imediatamente analisa e, se possível juridicamente, aprova, como aconteceu há pouco com os profissionais que a Saúde necessitava. Leu o artigo oitavo da Lei do COMAD, ressaltando a vinculação direta do Conselho à SMS. Confessou que deixaria a reunião tranquilo, diante manifestação da Secretária, atestando a consciência de que depende exclusivamente dela, como gestora, a implementação do Programa, haja vista que o COMAD está vinculado à SMS, logo, o PROMAD também. Externou a certeza de que a Secretária, explicando ao prefeito sobre a necessidade de criar tal Programa, o projeto imediatamente seria encaminhado para a Câmara. Disse confiar no trabalho da Secretária e que no máximo dentro de quinze se verá o resultado disso. O Vereador Ari Müller (PDT) falou que é preciso olhar para frente. Disse que não adianta cobrar quinhentas vezes que o prefeito não está presente na reunião, pois, pelo que sabe, o prefeito está de férias. Ele mandou representantes, assumiu a posição que esse projeto de lei terá andamento rápido. Lamentou que o projeto não tenha vindo até hoje, mas que irá cobrar o seu envio. Disse que, junto com a Secretária Eloci, irá cobrar para que esse projeto venha para esta Casa. Eloci contou que, quando assumiu a SMS, esse processo não estava lá. Confessou que não tinha conhecimento sobre ele e que vai se inteirar sobre seu conteúdo, bem como aquilo que pode ser feito sobre o tema. O Vereador Kranz leu o pedido de informações e resposta enviada em vinte de março de dois mil e treze pelo Executivo (em anexo). A responsabilidade pela implantação é da SMS. A Secretária de Saúde assumiu a



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**“Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura”**



responsabilidade da criação do PROMAD, afirmando que não irá fugir dela. O Vereador Márcio sugeriu que se esperassem vinte dias para o envio do projeto. Caso ele não fosse remetido à Câmara dentro desse prazo, os Vereadores não votariam mais nenhum projeto encaminhado pelo Executivo, justificando não existir nada mais urgente que o combate às drogas. O Presidente da Casa anunciou que os Vereadores se reuniram para tomar essa decisão em cima dessa sugestão, dando um prazo para o Executivo encaminhar o projeto de lei do PROMAD para que se possa dar continuidade ao desenvolvimento do Município. Ponderou que ninguém quer que o Município pare, mas que ele se desenvolva o mais rapidamente possível. Amorete Tavares, Comissário da Polícia Civil, falou da grande importância do COMAD para Montenegro. Contou que participou do movimento contra o crack. O movimento tinha seus eixos na educação, na segurança e na saúde. Nesse movimento, os órgãos de segurança da cidade estavam unidos pelo Programa de Prevenção à Violência. Nesse Programa, havia uma estatística sobre o envolvimento das drogas no Município. Na época, o governo do estado brindou cinquenta municípios gaúchos com ginásios esportivos nos bairros de maior vulnerabilidade social. Em Montenegro, ele foi construído no bairro Senai. Declarou que a quadra do bairro Senai está abandonada. Cobrou da Secretária um maior envolvimento para que o Município, o mais breve possível, possa abraçar os moradores daquela localidade. Pediu que procurasse a funcionária da Prefeitura, Ana Maria, a fim de auxiliá-la com informações necessárias para a continuidade desse trabalho, na medida em que ela é uma conhecedora desse trabalho. Major Dutra, Comandante do 5º BPM, comentou que hoje o envolvimento da BM junto às comunidades é muito significativo. Tem como política o envolvimento da instituição em diversos conselhos municipais. Muitas vezes as pessoas envolvidas nos conselhos não tem eco nos governos. Sobre o COMAD, declarou que visualiza o esvaziamento pelo poder público municipal um sinal da própria falta de participação nele. Os órgãos estaduais estão presentes praticamente na sua totalidade, mas o Município carece de uma participação maior. Se não há um envolvimento de servidores do Município nesses conselhos, o administrador municipal não tem o conhecimento, não sabe a demanda do Município. Manifestou que já sugeriu ao prefeito a possibilidade dele criar um grande conselho. Atualmente, cada órgão faz o seu trabalho, comprometido. No entanto, os demais conselhos não conhecem o que cada um faz. Essas reuniões segmentadas, com foco específico, com maior número de pessoas envolvidas, dão uma leitura de comprometimento para fazer as coisas acontecerem. Como cidadão, visualiza uma dificuldade de o Município fazer as coisas acontecerem, independente de gestão. Segundo o Major, os conselhos têm que ter um apoio maior das administrações e da sociedade como um todo, pois o que ocorre hoje em dia é um esvaziamento. Para as coisas acontecerem, é preciso um envolvimento maior de toda a comunidade. Ponderou que se fala sobre as drogas ilícitas. Alertou, no entanto, para as mortes por embriaguez, além dos acidentados, pessoas com sequelas graves. Destacou que as ações não podem ser apenas pontuais, precisam ser políticas permanentes. Cobrou uma revisão desses conceitos: a droga lícita, como o álcool, está ligada aos atos de violência contra a mulher, o idoso. Clubes de serviço promovem bailes de chopp, sem avisos do malefício do consumo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**



excessivo ou de dirigir embriagado, o que gera certa hipocrisia. Nello Lopes de Sousa, representante do Retiro Comunitário de Reabilitação – RECREO, explicou que a entidade trata o efeito e não a causa, não lhe competindo tratar a causa e sim o efeito. A causa, lá na origem do tráfico, a polícia está agindo muito bem, estourando bocas de fumo. Entre a causa e o efeito há um lapso muito grande que não está sendo trabalhado. Ali a criação de novos usuários está a galope. Perguntou o que fazer com os usuários de drogas, pois o traficante é preso, mas e o usuário, o que fazer com ele se ele não quiser ser tratado? Declarou que estão caminhando a passo de lesma nesse combate. Precisam de apoio e orientação pública, de políticas públicas para que isso aconteça. Não se pode deixar que essas pessoas que ainda não são usuários sejam convertidas pela ação do tráfico. Ressaltou que o grande foco de cuidado dessas pessoas está nas escolas. Reconheceu o engajamento da Secretária Eloci nessas ações durante sua vida, e que confia que ela dará encaminhamento a essa demanda. Afirmou que o usuário de drogas que comete um crime está amparado pela ação de estar drogado, voltando para a rua para se drogar de novo e cometer novos crimes. As autoridades policiais ficam de mãos atadas. Opinou que essa geração de drogados está perdida e que é necessária a realização de ações preventivas. Paulo Ricardo Costa, Delegado de Polícia, declarou que a temática das drogas está em primeiro lugar na agenda da Polícia Civil e esse assunto sempre é visto com viés repressivo. Não deixam de observar questões políticas a respeito do assunto em âmbito municipal, embora tenham certa distância na questão política. Afirmou que o Brasil não é um país sério, que faz uma lei esquizofrênica, pois se pune o traficante com rigor e o usuário com uma punição pífia, pois o juiz, fundamentado na lei, vai adverti-lo dos malefícios do seu consumo. Não se resolve com cadeia o usuário, isso seria aumentar o problema. Mas se criasse uma política de fazer exames, colocar a trabalhar em funções sociais dentro do Município, seriam punições mais adequadas. Seria um país bem mais sério. Outro ponto por ele mencionado foi com relação à política antimanicomial, onde está o problema carcerário. A grande gama de presos que são encaminhados ao sistema prisional são pessoas que deveriam estar em manicômios. Criticou que se tome como parâmetros legislações de países europeus, como Holanda e Suíça, ao invés da legislação dos Estados Unidos da América, que tratam melhor o problema, que é parecido com o brasileiro. Afirmou que o sistema de segurança atual busca atuar pontualmente, a atitude do agente de segurança pública é humilde frente ao problema, quando deveria ser bem mais articulada. Há um empurrão para os municípios darem conta de demandas que deveriam efetivamente ter um planejamento federal, se faz uma lei e se empurra para o Município. Apontou importância do trabalho nas escolas, de se criar uma sistematização de palestras, um enfretamento como o que foi feito com o cigarro, não pegando tanto pelo lado da proibição, mas pelo lado da orientação. Colocou a PC à disposição para indicar nomes para algum conselho, ajudar nas palestras em escolas, como parceiros do ente municipal para atuar nas diversas frentes e objetivar um trabalho junto à comunidade, pois o tráfico se mobiliza e se articula diariamente. O Vereador Kranz esclareceu que está sendo implementada, em Montenegro, a Delegacia de Polícia de Pronto-Atendimento – DPPA, de fundamental importância no sentido da repressão e da



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**



agilidade no combate. Divulgou que a Câmara de Vereadores disponibilizou cento e cinquenta mil reais para a DPPA para que as coisas comecem a acontecer nessa questão da segurança pública. O diretor da comunidade terapêutica Fazenda CRER São Francisco, Anderson, falou que tratam de dependentes químicos e que esse programa de combate às drogas é de interesse da comunidade. Afirmou que vem participando na sua elaboração, acompanhando o trabalho do Daniel. Disse observar um pouco do descaso do pessoal que participa das reuniões do Conselho e da não criação dessa política de combate às drogas. É um assunto grave na sociedade de hoje, famílias sendo destruídas em função da questão das drogas e esse descaso tão grande com esse assunto tão sério. Contou que estão há seis anos com esse trabalho no Município de Montenegro, sem obter ajuda do Poder Executivo e da SMS, que não está auxiliando nesse problema que é o combate às drogas. Com a futura promulgação dessa lei, o PROMAD estará autorizado a distribuir vagas para as comunidades terapêuticas que atendem as pessoas com problemas de álcool e drogas, pois a demanda é muito grande, havendo necessidade de mais instituições para poder ajudar essas pessoas e famílias que necessitam. Contou que conseguiram parcerias com o governo do estado e municípios vizinhos. Pediu reconhecimento e ajuda no combate e tratamento dos usuários de drogas. A Secretária Eloci apontou que a necessidade dessas instituições é em termos financeiros e que a municipalidade só pode fazer algo, em termos financeiros, quando houver previsão na lei de diretrizes orçamentárias. André Marcos, Coordenador Administrativo da CRER São Francisco, comentou que a instituição é multiplicadora, pois ex-dependentes se tornam colaboradores, ajudando na orientação. Mencionou que esperam a participação do poder público, que não acontece nas reuniões do Conselho. Durante o ano passado inteiro, membros da comunidade terapêutica, instituição privada, participaram de palestras, custeando combustível, condução, idas aos presídios, onde foram feitas as palestras no intuito de orientar os futuros egressos, principalmente da penitenciária feminina, que, na sua maioria, são pessoas que têm vínculos afetivos com os traficantes e, por isso, acabam se envolvendo no tráfico. Destacou que a prevenção é importante, assim como o auxílio aos usuários de drogas. Declarou que se o Conselho não consegue agir com a ajuda do Município, ele não consegue avançar, ele perde sua finalidade. O interesse do poder público é qualidade de vida. Hoje, cada interno que se encontra dentro da comunidade está dando qualidade de vida para sua família. Segundo André, esse deveria ser o trabalho do poder público, dando qualidade de vida para as famílias que moram em Montenegro em relação ao tratamento para dependentes químicos, fortalecendo o Conselho para que ele possa fiscalizar e combater os usuários de drogas, trabalhando na prevenção. Reconheceu o trabalho realizado pelo Daniel. Por fim, reiterou que se o Município não participar nas reuniões, o Conselho não funciona. Carla, Psicóloga e Coordenadora do Setor de Saúde Mental do HM, membro do COMAD, externou que, com a reforma psiquiátrica, o HM conta com vinte e seis leitos de saúde mental para todas as patologias, não apenas para a dependência química. Dialogando com as demais entidades que lidam com o problema, vê o HM como mais uma instituição que muitas vezes trabalha solitário, pois o alcoolismo e a toxicomania são, além de doenças, um problema social muito



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**“Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura”**



grave. Muitas pessoas pensam que a hospitalização é a solução, lidando de forma muito impotente com isso, pois o hospital pode proporcionar a desintoxicação e um início de reflexão sobre sua vida para que ela mude alguma coisa. O HM tem participação no COMAD e em tudo aquilo que puder viabilizar uma rede maior de atenção para esse problema, pois, enquanto as instituições trabalharem em separado e de forma isolada, não há a mínima possibilidade de sucesso frente ao problema que é imensamente maior. Isso gera um sentimento de impotência. Por fim, reforçou a ideia de uma política pública integrada, não como ações fracionadas. Paulo Ricardo Costa, Diretor do Albergue, disse que o semiaberto depende de muita ajuda para poder ressocializar algumas pessoas. Mencionou limitação financeira de verbas do estado para poder colocar em prática alguns projetos. Não tem espaço físico para acomodar uma equipe técnica de psicólogos, psiquiatras, ex-dependentes para palestrar e orientar esses albergados. Opinou que o sistema carcerário não reeduca e ressocializa ninguém. Falou dos problemas de superlotação da Penitenciária de Pesqueiro, alertando que eles irão aumentar com a implantação do novo módulo para quinhentos presos. A maioria dos albergados são moradores do Vale do Caí. Com relação aos albergados moradores do Vale dos Sinos e de outras localidades, estão tentando mandá-los embora. O maior problema é com a ressocialização dos alcoólatras pelo poder público. A maioria dos presos por tráfico de drogas são os atravessadores e, principalmente, as mulheres, e não os traficantes de fato. Disse que precisa da ajuda do COMAD para o repasse de verbas para projetos de segurança pública. Em três meses, fez muito mais coisas que diretores, em dez anos de gestão, nunca fizeram. Reclamou da atual gestão municipal, que se mostrou omissa diante das demandas encaminhadas para troca do telhado do Albergue. Justificou que, mesmo que a administração do Albergue não seja da competência direta do Município, por estar instalado na cidade, os problemas de segurança pública decorrentes da precariedade das condições infraestruturais da instituição refletem sobre os moradores da cidade. Afirmou que é impossível ressocializar presos que estão com vinte centímetros debaixo d'água dentro das celas, pois não havia mais telhado, chovia nas celas tal como na rua. Contou que fora bem recebido na Prefeitura na busca de recursos, mas que não teve sua demanda observada, mesmo com a promessa do prefeito há um ano. Como o estado também não manda recursos, a troca do telhado foi possibilitada com os recursos oriundos da Vara de Execuções Criminais – VEC, em torno de oito mil reais. Rodrigo Corrêa, Conselheiro Tutelar, reforçou a falta de sensibilidade da gestão pública com relação ao tema. O prefeito está de férias só para alguns assuntos, pois ontem estava tirando fotos diante do arroio. Frisou a importância do PROMAD, pois ele vai possibilitar pressionar o governo municipal a fazer algumas ações que vão dar estrutura para todo mundo, que vai auxiliar a própria SMS na contratação de profissionais de saúde especializados, mais recursos nos fundos municipais, e dar uma diretriz das ações de combate às drogas. A Secretária de Saúde ressaltou o trabalho importante realizado pelo Centro de Atenção Psicossocial – CAPS e pelo HM. A Vereadora Rosemari concordou com a proposta feita pelo Vereador Márcio. Sugeriu aguardar no máximo quinze dias para o encaminhamento do projeto por parte do Executivo. O Vereador Kranz disse comungar da mesma ideia, justificando se tratar de



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**“Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura”**



um instrumento próprio ao Poder Legislativo a fim de pressionar o Poder Executivo, obstruindo a pauta, apesar de reconhecer que é muito radical, não é muito simpático do ponto de vista das relações institucionais. Mas é um mecanismo à disposição da Câmara, pois todos os envolvidos foram unânimes em reconhecer a lentidão do governo municipal. Sugeriu que fosse dado o prazo de quinta-feira que vem, até o meio-dia, para o Executivo remeter o projeto de lei, em função dos trâmites internos para análise e aprovação, ainda mais que o projeto está pronto, com processo administrativo aberto. Seriam quinze dias até a aprovação. Por fim, o proponente afirmou que quer que Montenegro implante uma política pública permanente de combate às drogas. A Secretária Eloci comentou que a radicalidade não lhe assusta, ainda mais se o projeto está pronto. Afirmou que não é ela quem faz as leis, que depende do setor competente para tanto. Afirmou que se o projeto está pronto, não basta nada ele vir de lá para cá, apenas verificar onde e como ele está. Se ele estiver pronto, virá; caso contrário, ficará na dependência dos técnicos para elaborar o projeto de lei. Por fim, houve entrega de uma cópia do anteprojeto de lei do PROMAD para a Secretária Eloci, alertando-a de que existe o processo Administrativo n.º 10650/12, a partir do qual o projeto se originou. *Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.....*

**Ver. Renato Antonio Kranz
Presidente.**